

Atlântico
Concessionária
de Transmissão
de Energia do
Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

1) A companhia

A ACTE é uma Companhia privada de capital fechado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Xinguara, no estado do Pará.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A ACTE foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	72,13
Tensão em kV:	230/138
Subestações próprias/ acessadas:	3

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL, através de resoluções normativas foi de R\$ 18.482.682(dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e 16.542.094(dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, noventa e quatro reais)para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2022 e 2021 são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
• Liquidez geral	16,33	15,69
• Liquidez corrente	23,87	23,14
• Relação patrimônio líquido/ativo	93,88%	93,62%
• Relação passivo não circulante/ativo	4,53%	4,88%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	11,18%	10,90%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	9,65%	10,96%
Ativos totais – R\$	131.916.144	123.706.376
Lucro Líquido do exercício – R\$	13.845.134	12.626.929

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

O Grupo State Grid Brasil Holding é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA **DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.**

encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA **DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.**

integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os



ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA

DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2022 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes identificados na aplicação das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato descrito na referida nota explicativa. Conseqüentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

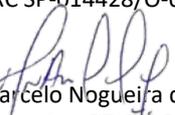
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	37.551.010	28.771.734
Concessionárias e permissionárias	7	2.081.498	2.007.139
Contas a receber - partes relacionadas	19	368.496	366.128
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.929	1.929
Outros impostos a recuperar		27.897	26.459
Ativos de contrato	8	7.637.215	9.420.844
Outros ativos circulantes	9	2.451.875	2.338.281
		50.119.920	42.932.514
Ativo não circulante			
Ativos de contrato	8	81.208.273	80.200.680
Imobilizado		558.586	537.982
Intangível		29.365	35.200
		81.796.224	80.773.862
Total do ativo		131.916.144	123.706.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		229.146	274.835
Fornecedores - partes relacionadas	19	367.989	420.965
Imposto de renda e contribuição social a pagar		303.190	185.495
Outros impostos a pagar		405.402	402.925
Taxas regulamentares		225.384	117.570
Dividendos propostos	12	138.059	89.927
Obrigações sociais e trabalhistas		430.564	363.445
		2.099.734	1.855.162
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	11	5.979.301	6.031.529
		5.979.301	6.031.529
Patrimônio líquido	12		
Capital social		106.443.446	106.443.446
Reserva Legal		1.165.565	473.308
Reserva de lucros		16.228.098	8.902.931
		123.837.109	115.819.685
Total do passivo e do patrimônio líquido		131.916.144	123.706.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	13	17.521.807	17.735.441
Custo da operação	14	<u>(4.190.295)</u>	<u>(3.309.152)</u>
Lucro bruto		13.331.512	14.426.289
Despesas gerais e administrativas	15	(1.368.144)	(1.449.500)
Outras receitas/ (despesas) operacionais líquidas	16	<u>(13.511)</u>	<u>(279.037)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		11.949.857	12.697.752
Resultado financeiro	17	<u>3.621.208</u>	<u>959.988</u>
Receita financeira		3.758.061	1.049.479
Despesa financeira		<u>(136.853)</u>	<u>(89.491)</u>
Resultado antes dos impostos		15.571.065	13.657.740
IRPJ e CSLL correntes	18	(1.749.833)	(936.268)
IRPJ e CSLL diferidos	18	<u>23.902</u>	<u>(94.543)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>13.845.134</u></u>	<u><u>12.626.929</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>13.845.134</u>	<u>12.626.929</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u>13.845.134</u>	<u>12.626.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucro líquido (prejuízos)/ acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	106.443.446	-	-	(3.160.763)	103.282.683
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.626.929	12.626.929
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 12)	-	473.308	-	(473.308)	-
Constituição de reserva de retenção de lucro (Nota explicativa 12)	-	-	8.902.931	(8.902.931)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 12)	-	-	-	(89.927)	(89.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	106.443.446	473.308	8.902.931	-	115.819.685
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.845.134	13.845.134
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 12)	-	692.257	-	(692.257)	-
Constituição de reserva de retenção de lucro (Nota explicativa 12)	-	-	13.021.348	(13.021.348)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 12)	-	-	-	(131.529)	(131.529)
Dividendos intermediários conf. RCA de 24 de maio de 2022	-	-	(5.696.181)	-	(5.696.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	106.443.446	1.165.565	16.228.098	-	123.837.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		<u>15.571.065</u>	<u>13.657.740</u>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		104.109	100.512
Rendimento títulos e			
Provisão / (Reversão) para perda de crédito esperada	7	43.600	(10.590)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(117.959)	(668.495)
Contas a receber – partes relacionadas		(2.368)	697.561
Ativo de contrato	8	776.036	(2.592.773)
Imobilizado e intangível		15.234	-
Estoques		(58.052)	(476.803)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	166.888
Outros impostos a recuperar		(1.438)	6.348
Adiantamentos a fornecedores		17.451	(10.203)
Outros ativos		(72.994)	477.904
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(98.665)	(892.317)
Tributos e contribuições sociais		168.522	503.438
Taxas regulamentares		107.814	(239.912)
Outros passivos		67.119	138.373
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>16.519.474</u>	<u>10.857.671</u>
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(877.076)	(535.134)
Outros impostos pagos		(949.432)	(677.094)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>14.692.966</u>	<u>9.645.443</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(134.111)	(26.171)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(134.111)</u>	<u>(26.171)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	12	(5.779.579)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		<u>(5.779.579)</u>	<u>-</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>8.779.276</u>	<u>9.619.272</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>28.771.734</u>	<u>19.152.462</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>37.551.010</u>	<u>28.771.734</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2010 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Pará.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de setembro de 2013, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Mudança na participação acionária

Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.2 Da concessão

No dia 22 de dezembro de 2010 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 016/2010, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão no Estado do Pará:

- (i) Pela linha de transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 79 km, origem na Subestação Integradora e término na Subestação Xinguara; Subestação Xinguara em 230/138 kv - 150 MVA; Subestação Carajás em 230/138 kv - 2 x 100 MVA, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 72 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

1.3 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 6.420.440 (seis milhões, quatrocentos e vinte mil e quatrocentos e quarenta reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 12.778.522,51 (doze milhões, setecentos e setenta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 22 de Junho de 2021 , a ANEEL, através da resolução homologatória nº 2.882/2021 , homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 29,5%.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 16.542.094 (dezesseis milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, noventa e quatro reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 18.482.682 (dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de abril de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

3.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4 Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) -** Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4 Reapresentação dos saldos comparativos

No exercício de 2022, a Companhia envolveu-se em discussão técnica contábil em relação aos impactos da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) no cálculo do CPC47 / IFRS 15 - Ativo de Contrato.

A Companhia revisitou a metodologia utilizada decorrente dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e identificou-se a necessidade de mudança na projeção do RAP pelos próximos 5 anos, a partir de 2021, devido ao efeito da RTP nesse ciclo. Diante disso, como consequência dos ajustes de premissas no CPC47/ IFRS 15 - Ativo de Contrato, houve a necessidade de alteração também nos cálculos dos impostos diferidos. Adicionalmente, conforme as orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu com a reapresentação de forma retrospectiva decorrente de erro identificado na aplicação das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A seguir os impactos dos ajustes em 31 de dezembro de 2021:

Balanco Patrimonial	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Ativos de contrato	(i)	8.766.483	654.361	9.420.844
Demais ativos circulantes não impactados		33.511.670	-	33.511.670
		42.278.153	654.361	42.932.514
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	(i)	80.118.170	82.510	80.200.680
Demais ativos não circulantes não impactados		573.182	-	573.182
		80.691.352	82.510	80.773.862
Total do ativo		122.969.505	736.871	123.706.376

*Atlântico Concessionária de Transmissão
de Energia do Brasil S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022*

	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Dividendos propostos	(i)	83.398	6.529	89.927
Demais passivos circulantes não impactados		1.765.235	-	1.765.235
		1.848.633	6.529	1.855.162
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	(i)	5.981.937	49.592	6.031.529
		5.981.937	49.592	6.031.529
Patrimônio líquido				
Capital social		106.443.446	-	106.443.446
Reserva de lucros	(i)	8.256.545	646.386	8.902.931
Reserva legal	(i)	438.944	34.364	473.308
		115.138.935	680.750	115.819.685
Total do passivo e do patrimônio líquido		122.969.505	736.871	123.706.376

Demonstração do resultado	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	17.025.466	709.975	17.735.441
Outros		(5.013.969)	-	(5.013.969)
IRPJ e CSLL diferidos	(i)	(71.847)	(22.696)	(94.543)
Lucro líquido do exercício		11.939.650	687.279	12.626.929

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Capital social		106.443.446	-	106.443.446
Reserva legal	(i)	438.944	34.364	473.308
Retenção de Lucros	(i)	8.256.545	646.386	8.902.931
		115.138.935	680.750	115.819.685

Demonstração do fluxo de caixa	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício antes dos impostos	(i)	12.947.765	709.975	13.657.740
Itens de resultado que não afetam o caixa		89.922	-	89.922
Aumento nos ativos operacionais	(i)	(1.662.702)	(736.871)	(2.399.573)
Redução nos passivos operacionais	(i)	(517.314)	26.896	(490.418)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		10.857.671	-	10.857.671

Demonstração do fluxo de caixa	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		9.645.443	-	9.645.443
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(26.171)	-	(26.171)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		9.619.272	-	9.619.272

- (i) Impacto do recálculo do IFRS 15- ativo de contrato devido a Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1))
As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.
- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.

- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	1.000
Bancos	440.113	435.545
Aplicações financeiras (i)	37.110.897	28.335.189
	37.551.010	28.771.734

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva que era relativa ao empréstimo do BNDES em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Este fundo ainda não foi resgatado pois o BNDES não havia emitido o Termo de Quitação. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 103,87% do CDI em 2022 e 101,84% em 2021.

- (i) Variação refere-se a sobra de caixa aplicadas no exercício de 2022 em função principalmente do reajuste anual de RAP (correção da inflação).

7 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	2.115.152	1.902.010
Vencidas até 30 dias	1.427	97.364
Vencidas até 60 dias	309	109
Vencidas até 90 dias	554	113
Vencidas há mais de 90 dias	<u>14.554</u>	<u>14.441</u>
	2.131.996	2.014.037
(-) Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	<u>(50.498)</u>	<u>(6.898)</u>
	<u>2.081.498</u>	<u>2.007.139</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	<u>(6.898)</u>	<u>(17.488)</u>
Reversão de provisão	255	18.857
Complemento de provisão (i)	<u>(43.855)</u>	<u>(8.267)</u>
Saldo final	<u>(50.498)</u>	<u>(6.898)</u>

(i) Adição refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

8 Ativos de contrato

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Circulante	7.637.215	9.420.844
Não circulante	<u>81.208.273</u>	<u>80.200.680</u>
	<u>88.845.488</u>	<u>89.621.524</u>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>87.028.751</u>
Receita de O&M (i)	7.204.254
Receita de remuneração (ii)	7.303.868
Recebimentos (iii)	(11.438.546)
Imobilizado em curso	<u>(476.803)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	<u>89.621.524</u>
Circulante	9.420.844
Não circulante	80.200.680

Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	89.621.524
Receita de O&M (i)	8.568.854
Receita de remuneração (ii)	7.413.568
Recebimentos (iii)	(16.758.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.845.488
Circulante	7.637.215
Não circulante	81.208.273

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção;
- (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que consequentemente aumenta a receita de remuneração;
- (iii) Variação refere-se a diferença entre a RAP projetada no modelo mais inflação e a RAP homologada pela ANEEL;

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

9 Outros ativos circulantes

	31/12/2022	31/12/2021
Estoques	2.481.758	2.423.706
Despesas pagas antecipadamente	56.345	42.830
Ordem de desativações em curso (i)	(177.864)	(177.864)
Adiantamentos a fornecedores	-	17.451
Outros	91.636	32.158
	2.451.875	2.338.281

- (i) Variação refere-se a desativação em curso de veículos devido sinistro. O bem será baixado no exercício de 2023 após trâmites de aprovações.

10 Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” ou “possível” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

11 Impostos diferidos passivos

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
IR e CSLL diferidos	2.736.441	2.760.343
IR Diferido	1.776.910	1.792.430
CSLL Diferido	959.531	967.913
Pis e Cofins diferidos	3.242.860	3.271.186
Pis Diferido	577.495	582.540
Cofins Diferido	2.665.365	2.688.646
	5.979.301	6.031.529

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 106.443.446 (cento e seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais) dividido em 106.443.446 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2022 e 2021
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100,00%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	13.845.134	12.626.929
Absorção de prejuízo	-	(3.160.763)
Base para reserva legal	13.845.134	9.466.166
Reserva legal (5%)	(692.257)	(473.308)
Base de cálculo para os dividendos	13.152.877	8.992.858
Dividendo mínimo obrigatório	131.529	89.927

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 5.696.181 (cinco milhões, seiscentos e noventa e seis mil cento e oitenta e um reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2021, foi pago em 26 de maio de 2022 totalizando R\$ 5.779.579 (cinco milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais).

13 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	18.919.134	19.039.910
Receita de operação e manutenção (i)	8.568.854	7.204.254
Remuneração do ativo de contrato	7.413.568	7.303.868
Outras receitas (ii)	2.936.712	4.531.788
Deduções da receita operacional	(1.397.327)	(1.304.469)
Pis e Cofins correntes	(720.699)	(582.893)
Pis e Cofins diferidos	28.326	(112.039)
RGR	(471.824)	(403.771)
P&D	(182.695)	(147.779)
TFSEE	(50.435)	(57.987)
	17.521.807	17.735.441

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.

- (ii) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IPCA apresentou uma tendência de queda recente quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou à patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção.

14 Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(1.970.135)	(1.755.474)
Serviços de terceiros (i)	(821.394)	(413.996)
Materiais (ii)	(718.768)	(175.213)
Arrendamentos e alugueis	(52.308)	(63.644)
Seguros	(120.420)	(105.362)
Custo de operação e manutenção (iii)	(321.229)	(547.153)
Gastos diversos serviços de O&M	(182.698)	(237.881)
Outras	(3.343)	(10.429)
	<u>(4.190.295)</u>	<u>(3.309.152)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a prestação de serviços de Vigia 24 hs nas dependências da Subestação em Xinguara/PA.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a perda por baixa de bancos de bateria no exercício de 2022.
- (iii) Variação refere-se substancialmente à implementação em 2021 dos projetos de melhoria de combate a incêndio e substituição do banco de baterias.

15 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(866.023)	(1.014.875)
Serviços de terceiros	(205.774)	(353.514)
Arrendamentos e alugueis	(74.968)	(65.195)
Materiais	(23.910)	(29.335)
Provisão/reversão (ii)	(43.600)	2.577
Depreciação/amortização	(70.698)	(67.100)
Outros (iii)	(83.171)	77.942
	<u>(1.368.144)</u>	<u>(1.449.500)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos devido a inclusão das empresas XRTE e STE.
- (ii) Aumento na provisão para perda de crédito esperada devido ao não recebimento das empresas do grupo Quinturacé em 2022 conforme nota explicativa 7.
- (iii) Variação refere-se substancialmente a baixa realizada no exercício de 2021 de fornecedores prescritos.

16 Outras despesas /receitas operacionais líquidas

Neste grupo apresentamos as atividades não vinculadas a concessão

	31/12/2022	31/12/2021
Renda na prestação de serviços	283.231	276.664
Tributos sobre a Receita	(10.338)	(24.422)
Pessoal	(55.306)	(68.028)
Serviços de terceiros (i)	(98.617)	(257.119)
Gastos diversos serviços de O&M (ii)	(99.070)	(172.720)
Depreciação	(33.411)	(33.412)
	(13.511)	(279.037)

(i) Redução devido ao término do contrato de serviço de engenharia da ACTE com SGSE em 2022;

(ii) Variação refere-se substancialmente a despesas de estudos de viabilidade realizado em 2021.

17 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira	3.758.061	1.049.479
Receita de aplicação financeira (i)	3.756.149	1.012.884
Outras receitas financeiras	1.912	36.595
Despesa financeira	(136.853)	(89.491)
IOF, comissões e taxas	(85.274)	(72.158)
Multas	(4.553)	(2.103)
Outras despesas financeiras	(47.026)	(15.230)
	3.621.208	959.988

(i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2022 referente a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 5.

18 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receitas brutas (i)	20.028.401	16.242.866
Base de cálculo (8%)	1.602.272	1.299.429
Outras receitas	3.402.817	1.352.904
Base de cálculo	5.005.089	2.652.333
IR devido	(1.227.272)	(639.083)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	-	-
(+) IR diferido / Outros	15.522	(61.392)
Total de IRPJ	(1.211.750)	(700.475)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receitas brutas (i)	20.028.401	16.242.866
Base de cálculo (12%)	2.403.408	1.949.144
Outras receitas	3.402.817	1.352.904
	<u>5.806.225</u>	<u>3.302.048</u>
Base de cálculo		
CSLL devida	(522.561)	(297.185)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	-	-
(+) CSLL diferido / Outros	8.380	(33.151)
	<u>(514.181)</u>	<u>(330.336)</u>
Total de CSLL		
	<u>(1.725.931)</u>	<u>(1.030.811)</u>
Total de IRPJ/CSLL		
	<u>(1.749.833)</u>	<u>(936.268)</u>
Total IRPJ/CSLL corrente		
	<u>23.902</u>	<u>(94.543)</u>
Total IRPJ/CSLL diferido		

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

19 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais:

19.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	<u>368.496</u>	<u>366.128</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	358.496	356.128
Intercompany IRTE - Despesas gerais	10.000	10.000

19.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	<u>367.989</u>	<u>420.965</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	367.867	400.317
Serviços de engenharia SGSE (ii)	-	20.648
Intercompany ETEE - Despesas de IPTU	122	-

19.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<u>(641.364)</u>	<u>(698.207)</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(499.330)	(401.431)
Serviços de engenharia SGSE (ii)	(70.779)	(236.163)
Aluguel (iii)	(71.255)	(60.613)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

19.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	93.627	116.163
Benefícios diretos e indiretos	16.438	24.508
Encargos	55.760	65.014
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>75.728</u>	<u>80.296</u>
Valor total da remuneração	<u>241.553</u>	<u>285.981</u>

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

20 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 20.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	<u>37.551.010</u>	<u>28.771.734</u>
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	19	368.496	366.128
Concessionárias e permissionárias	7	<u>2.081.498</u>	<u>2.007.139</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - terceiros		229.146	274.835
Fornecedores - partes relacionadas	19	367.989	420.965

20.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	37.551.010	28.771.734
Contas a receber – partes relacionadas	368.496	366.128
Concessionária e Permissionárias	2.081.498	2.007.139

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000.000	20.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	136.937.803	136.937.803
Veículos	Carros	<u>340.646</u>	<u>104.372</u>
		<u>157.278.449</u>	<u>157.042.175</u>

* * *

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2